

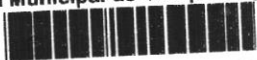


***Câmara Municipal de Campo Magro***  
***Estado do Paraná***

**GABINETE DA VEREADORA CRIS DA SAÚDE**

**PROJETO DE LEI Nº 101, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025**

Câmara Municipal de Campo Magro - PR



PROTOCOLO GERAL 3348/2025  
Data: 19/11/2025 - Horário: 10:22  
Legislativo

**“Autoriza o Poder Executivo a instalar sistema de rastreamento via satélite nos veículos automotores utilizados pela Administração Pública Municipal de Campo Magro e dá outras providências.”**

As vereadoras que a este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, propõem o seguinte projeto de lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instalar e utilizar sistema de rastreamento via satélite para monitoramento à distância de toda a frota de veículos automotores, máquinas, caminhões, tratores, ônibus e demais equipamentos utilizados pelas secretarias, departamentos, autarquias, fundações e demais órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, sejam eles de propriedade do Município, locados ou que estejam a serviço do Poder Executivo Municipal de Campo Magro.

**Art. 2º** – O programa de rastreamento autorizado por esta Lei tem por objetivos:

- I – Promover maior controle e transparência na utilização da frota pública;
- II – Otimizar a gestão da frota de veículos da Administração Pública;
- III – Reduzir custos operacionais com manutenção, combustível e horas extras;
- IV – Combater o uso indevido dos veículos públicos;
- V – Subsidiar ações de planejamento, fiscalização e auditoria por órgãos competentes.

Prevenir desvios e irregularidades de uso de bens públicos.

Rua Silvestre Jarek, 120, Centro – CEP 83.535-000 – Fone 3677-1253

Campo Magro – PR

[www.campomagro.pr.leg.br](http://www.campomagro.pr.leg.br)

[camara@campomagro.pr.leg.br](mailto:camara@campomagro.pr.leg.br)



## ***Câmara Municipal de Campo Magro*** ***Estado do Paraná***

**Art. 3º** O sistema de rastreamento deverá possibilitar, no mínimo:

- I- Localização em tempo real dos veículos;
- II- O registro de rotas, paradas, horários, velocidade e tempo de uso;
- III- A geração de relatórios gerenciais para fins de controle, gestão de frota e fiscalização;
- IV- A integração com os setores responsáveis pela fiscalização e gestão de contratos e bens patrimoniais.

**Art. 4º** - As informações obtidas por meio do rastreamento deverão ser mantidas arquivadas pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses e disponibilizadas, mediante solicitação, aos órgãos de controle interno e externo, bem como ao Poder Legislativo Municipal, para fins de fiscalização.

**Parágrafo único.** As informações de rastreamento devem observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), sendo utilizadas exclusivamente para fins de gestão pública e controle patrimonial, vedado o uso para controle inadequado de servidores ou finalidades estranhas ao interesse público.

**Art. 5º** – O controle da utilização dos veículos oficiais deverá ser complementado com o uso de planilhas de bordo, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I – Nome do motorista responsável pela condução do veículo;
- II – Quilometragem inicial e final;
- III – Horário de saída e de chegada;
- IV – Identificação e assinatura do servidor que autorizou a liberação do veículo;



## ***Câmara Municipal de Campo Magro*** ***Estado do Paraná***

V – Identificação e assinatura do servidor que recebeu o veículo no retorno;

VI – Observações pertinentes sobre o percurso e eventuais ocorrências durante o uso.

**Parágrafo único.** As planilhas de bordo deverão ser arquivadas junto aos relatórios do sistema de rastreamento, ficando disponíveis para fins de controle e fiscalização pelos órgãos competentes e pelo Poder Legislativo Municipal, no prazo de 24 meses.

**Art. 6º** - O poder executivo incluirá a exigência de rastreamento nos contratos de locação de veículos, responsabilizando a empresa contratada pela instalação, manutenção e funcionamento do sistema sem ônus adicional ao município.

**Art. 7º** - O descumprimento do disposto nesta Lei implicará a suspensão do uso do veículo até a regularização da situação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato e na legislação vigente.

**Art. 8º** - O Poder Executivo Municipal terá o prazo de **90 (noventa) dias** para a implantação do sistema de rastreamento.

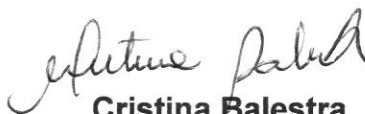
**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor **10 (dez) dias** após a sua publicação.

**Sala das Sessões, Câmara Municipal de Campo Magro, 28 de outubro de 2025.**



**Cris da Saúde**

Vereadora



**Cristina Balestra**

Vereadora



**Joselaine Meneguesso**

Vereadora

### **JUSTIFICATIVA**

Rua Silvestre Jarek, 120, Centro – CEP 83.535-000 – Fone 3677-1253  
Campo Magro – PR  
[www.campomagro.pr.leg.br](http://www.campomagro.pr.leg.br)  
[camara@campomagro.pr.leg.br](mailto:camara@campomagro.pr.leg.br)



***Câmara Municipal de Campo Magro***  
***Estado do Paraná***

Sem mais, subscrevemo-nos.

Sala das Sessões, Câmara Municipal de Campo Magro, 28 de outubro de 2025.

*Cris da Saúde*

**Cris da Saúde**

Vereadora

*Cristina Balestra*

**Cristina Balestra**

Vereadora

*Joselaine Menegusso*

**Joselaine Menegusso**

Vereadora



## ***Câmara Municipal de Campo Magro*** ***Estado do Paraná***

O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar e regulamentar a instalação de sistema de rastreamento via satélite em todos os veículos automotores, próprios ou locados, utilizados pelas secretarias, departamentos e demais órgãos da Administração Pública Municipal de Campo Magro.

A medida proposta visa garantir maior transparência, controle e eficiência na gestão da frota pública, permitindo o acompanhamento em tempo real dos deslocamentos, paradas, rotas, horários, condutores e demais informações relevantes sobre a utilização dos veículos automotores a serviço do município.

Além do aspecto gerencial, o sistema de rastreamento contribui diretamente para a fiscalização do uso adequado dos bens públicos, reduzindo riscos de desvios de finalidade, uso indevido fora do horário de expediente ou fora do território municipal e possibilitando a responsabilização em caso de irregularidades.

Importante destacar que a proposta não gera aumento direto de despesas, uma vez que o rastreamento poderá ser inserido como cláusula obrigatória nos contratos de locação, sendo a empresa contratada responsável pela instalação, manutenção e funcionamento do sistema, sem ônus adicional ao Município. Nos veículos próprios, a implementação poderá ocorrer de forma gradual, conforme disponibilidade orçamentária.

Essa iniciativa reforça os princípios da eficiência, economicidade e moralidade administrativa, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal, além de representar um avanço importante para o aprimoramento da gestão e da transparência no uso do patrimônio público municipal.

Diante do exposto, os(as) vereadores(as) abaixo assinados(as) solicitam o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que representa um passo importante para a modernização e a transparência da administração pública em nosso município.